

PINHO BARREIROS



UM
ANO

**NAS MASMORRAS
DA FRELIMO**

*No muro da cadeia
da Machava, em Moçambique,
está escrito, em grandes letras
que «as dificuldades são aço
que entra na formação
do carácter»...*

FINALMENTE, A CAMINHO DE PORTUGAL...

Quis talvez o destino que, ao beber o cálice da minha amargura, até ao fim, assistisse, em Moçambique, à escalada dum comunismo, primário e orientalista, tipo do Vietname ou Coreia do Norte, o qual vem transformando estas terras em autênticas prisões sem grades e suas gentes em deladoras, algumas das quais do mais abjecto que imaginar se possa! Um autêntico inferno social...

Para detidos e condenados, da cadeia central da Machava, as dificuldades principiaram com a chegada dum contingente da «Frelimo», que veio tomar conta da prisão, após um recluso ter sido ferido a tiro, por um guarda, quando se encontrava, de acordo com o que se diz, apenas a colher laranjas, para as levar aos que se encontravam nessa coisa horrorosa que é a «cela de transição»...

Anteriormente tinham vindo (arrumadas como sacos de batatas...) imagens e objectos sagrados que

faziam parte do recheio da igreja da penitenciária de Lourenço Marques...

Sempre gostaria de saber o que pensa, por exemplo, o bispo de Nampula, acerca de tudo isso... e de muitas outras coisas..., bem como os «padres brancos», que certamente vão ficar sem as suas instalações do Lundo...

Para principiar, os «frelimos», armados de metralhadoras, reuniram o «povo» da cadeia, na antiga cozinha e, após as ameaças da praxe, conduziram umas tantas pessoas, de cada vez, até aos respectivos pavilhões, obrigando-as a levar as suas coisas para o economato, onde tiveram de deixá-las, tanto fazendo que fosse dinheiro, para comprar cigarros, como os cestos em que alguns reclusos trabalhavam, para arranjam dinheiro com o qual matavam a fome à família...

Depois foram as «saídas precárias» que acabaram e outras regalias que vieram com o 25 de Abril ou foram concedidas pelo governo de transição, dirigido pela «Frelimo»... Terminou tudo isso mas chegou a pancada, o carregar blocos; o abrir covas, onde alguns foram enterrados, até ao pescoço; o arrastar, com o cachaço, o pesadíssimo carro do lixo, etc, etc... Tudo em nome do povo, da democracia popular, da linha política da «Frelimo»...

E aqueles vinte ou trinta reclusos pretos que manifestaram a sua indignação, por tanta barbaridade, iam sendo abatidos a tiro e foram severamente castigados...

Andamos nisto, há dois meses já, sem que o partido tenha tomado quaisquer providências... Porven-

tura porque as suas estruturas de base lhe não contaram o que se passa, certamente com receio de represálias, por parte dos «frelimos» que se encontram de serviço na cadeia central da Machava...

Não nos esqueçamos porém de que a prepotência e o silêncio geram a corrupção, que é a grande moléstia de todas as ditaduras... Até a China já se viu forçada a efectuar uma «revolução cultural»...

Entretanto, lá de fora, da cidade, chegam quase todos os dias muitos detidos, pretos, brancos e morenos... Não contando os que são directamente enviados para os «campos de trabalho»... forçado...

Quando toda a gente estiver cá dentro, talvez termine a repressão!

Relativamente a nós, portugueses brancos, creio que só nos poderemos sentir descansados quando entrarmos num avião, ainda que deixando para os abutres tudo quanto demorou uma vida inteira a juntar...

Nada mais resta fazer aos portugueses, em Moçambique, uma vez que foram repentinamente abandonados por seus irmãos da Europa...

Mas não fomos só nós os traídos: também foram os pretos, morenos e amarelos que confiaram em Portugal... Por incapacidade e irresponsabilidade de novos dirigentes...

Não se põe em causa a independência concedida: o processo é que se revelou errado e aviltante...

Finalmente, após ter cumprido, na totalidade, o ano de cadeia a que fora condenado, eis-me no ar, a caminho da minha Pátria que, com a Espanha, deram todos os novos mundos ao Mundo...

Todavia, por força de grandes erros e dificuldades materiais que semearam a corrupção; da apatia, derivada dum policiamento ou paternalismo exagerados, o povo português não podia ir ter senão aonde foi parar, a partir de 26 de Abril!

Mas talvez vá nascer a Nova Lusitânia com que certamente sonharão todos os homens e mulheres ponderados, do meu País...

De qualquer forma, estas são as memórias mais sofridas, de todas quantas escrevi, ao longo dos meus trinta e dois anos de actividade intelectual...

II

ALGUNS ATROPELOS A DIREITOS HUMANOS...

Embora 500 anos não pesem por aí além, na história da Humanidade, podem influir, grandemente, na maneira de ser de um povo, sobretudo quando este, como o de Moçambique (que pode não ter tido ali a sua origem mas na África Central...), se mostrou bastante receptivo à influência portuguesa, devido, certamente, à nossa maneira de ser e estar no Mundo...

Por essa razão e outros motivos também, a desocupação ou descolonização, dos territórios que durante quase cinco séculos foram «descoberta e soberania portuguesa» jamais deveria ser feita com a precipitação de quem larga tudo para ir apanhar o comboio... ainda que esse trem tenha sido impulsionado pelos «ventos da história»... Que nos não diziam efectivamente respeito...

É que na descolonização de Moçambique, como certamente na de Angola e da Guiné, de Cabo Verde,

São Tomé e Príncipe e Timor estavam em causa problemas sociais, económicos, políticos, etc, de tamanha envergadura que, ao tentar apenas resolvê-los num ano em vez de três ou cinco, foi um erro tão grande que, mesmo agora, ainda estamos longe de conhecer as suas autênticas dimensões, sem embargo de que pessoas efectivamente avisadas pudessem detectá-las, se realmente soubessem o que era o Ultramar e o que ali se passava, em função dum contacto, moroso e directo, e não do que ouviam dizer...

De qualquer forma e se é segura a minha informação, creio que não haveria necessidade de se atirar às urtigas territórios como Angola, Moçambique e Guiné, na medida em que a guerra, na Guiné, estava sustida; em Angola, praticamente ganha; em Moçambique, onde as coisas estariam pior, por razões que não interessará, de momento, salientar, ainda haveria tempo para se encontrar uma solução, sem se ter entregue aos comunistas da «Frelimo» milhares e milhares de famílias portuguesas, o que na realidade constitui um crime de lesa-Pátria, uma vez que essa gente, sentindo-se traída, objurgou Portugal, embora isso não evite que muitos portugueses, homens, mulheres e crianças arrastem a sua existência por «machambas» que são verdadeiros campos de concentração, quase morrendo de fome, de maus tratos, de vexames; andando praticamente nus e descalços, a cultivar as terras!

Em tais circunstâncias e num momento destes, resta apenas aos brancos, morenos, amarelos e negros que se consideravam e desejam manter-se por-

tugueses e foram gravemente afectados pelo plano de descolonização, esperar que quer o País quer os homens que, em seu nome, subscreveram o plano e os acordos, de Lusaca e outros, assumam plena responsabilidade do que fizeram... Assiste-lhes esse direito desde que sempre tenham cumprido e continuem a observar todos os deveres de cidadãos portugueses...

Todos nós tínhamos ouvido falar, antes do acordo de Lusaca, das teses defendidas quer pela O.N.U. quer por países e pessoas, liberais ou «progressistas», relativamente à independência de Moçambique, de todas as províncias ultramarinas portuguesas, da Namíbia, da Rodésia... e até da África do Sul...

Tudo passaria pela autodeterminação, pela independência, pela livre escolha duma Assembleia, por sufrágio universal, na qual cada homem teria direito a um voto, qualquer que fosse o seu entendimento ou cultura... O que seria muito democrático, muito certo, muito razoável...

Tínhamos ouvido falar disso e da «revolução dos cravos», em Portugal, do programa do M.F.A., etc, etc, o que criou em Moçambique a convicção de que iríamos finalmente dispor dum governo democraticamente eleito, no qual tomariam parte homens que seriam, efectivamente, os melhores de todos nós, qualquer que fosse a cor da sua pele...

Essa, certamente, a razão por que indivíduos como Urias Simango (a quem, após a morte de Mondlane, caberia, naturalmente, a chefia da «Frelimo»...); Guengwere, Lázaro Kavandame, Joana Simeão e outros começaram a aparecer, vindos do

estrangeiro ou dos locais de Moçambique, onde se encontravam, para iniciarem a sua actividade política.

Contrariamente, porém, ao que geralmente se pensava e as autoridades portuguesas acaso previam, nunca esteve na intenção da «Frelimo» submeter a sufrágio a sua popularidade, não fosse o diabo tecê-las... E, como tanto sucedia, também não permitiu que os outros fossem às urnas, de sorte que o caminho mais «democrático» que a «Frente de Libertação de Moçambique» encontrou foi meter opositores na cadeia, transferindo-os posteriormente para Nachingweia, na Tanzânia, durante o período do governo de transição, numa altura, por conseguinte, em que Portugal ainda tinha grandes responsabilidades na administração de Moçambique!

Tanto Urias Simango como Lázaro Kavandame, Joana Simeão, Paulo Gumane; Mondlane, irmão do falecido presidente da «Frelimo»; o dr. Júlio Razão, o engenheiro do Umbelúzi, o médico da Beira, eram considerados cidadãos portugueses, em pleno uso de todos os seus direitos e obrigações... No entanto, foram transferidos de Moçambique para campos de concentração, situados em território estrangeiro, onde quem sabe se terão morrido ou sobrevivido!

Antes do acordo de Lusaca ter sido assinado (o que veio a verificar-se em 7 de Setembro de 1974), principiou a notar-se, pelo menos em Lourenço Marques, uma autêntica ofensiva psicológica, cuja origem, na altura, seria talvez difícil determinar mas que, mais tarde, ao estudarem-se os métodos de actuação da «Frelimo», não seria difícil deduzir de

quem partiu o plano que visava amedrontar, sobretudo os brancos, em função de propostas obscenas, feitas nos machimbombos, a raparigas e senhoras; ameaças e espancamentos, crimes de toda a espécie!

Fartos de serem perseguidos, humilhados e ofendidos, os portugueses de Lourenço Marques (e entre eles havia brancos, morenos, amarelos e bastantes negros...) reagiram frontalmente ao saber que uma Bandeira nacional andara a varrer as ruas da Baixa... O símbolo a que desesperadamente se agarravam e à sombra do qual foram traídos e sacrificados...

Assim nasceu o «7 de Setembro» que, contrariamente ao que se terá afirmado em Portugal e ao que a «Frelimo» quis fazer crer, em Moçambique, não foi uma vã e terrorista manobra que visava bloquear a ascensão do povo ao poder mas uma manifestação espontânea e popular, de portugueses modestos, incapazes de renegar princípios que enformavam a Nação de que se orgulhavam de ser filhos...

Que políticos se tenham posteriormente aproveitado da situação, para tentarem puxar a brasa à sua sardinha, já é bastante diferente...

De qualquer forma, creio não ter sido de louvar o procedimento de militares portugueses que, quando a «Frelimo» ordenou a matança, de manifestantes desarmados, não defenderam nem a vida í nem os haveres de seus irmãos de raça e de outros...

Tanto sucedeu em 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974...

III

OS ERROS PAGAM-SE CAROS...

Em minha opinião, tudo quanto de mau ou de cruel tem sucedido aos portugueses, residentes em Moçambique, deve-se, na sua quase totalidade, aos elementos nacionais que fizeram parte do Governo de transição e ao nosso primeiro embaixador, naquele país, os quais não souberam ou quiseram fazer cumprir o implícito, na letra e no espírito do acordo de Lusaca ou não estava escrito mas seria razoável fazer observar, tal como o mais elementar bom senso recomendava! A não ser que dessem de tudo conta a Lisboa e aqui essas coisas passassem em claro...

De qualquer forma, quem estava em Lourenço Marques não pode ser facilmente perdoado, na medida em que estava a desempenhar funções de tamanha responsabilidade que exigiam, ao menos, bastante dignidade individual, se a dignidade nacional lhes não merecesse tantas preocupações...

Como não foram levados em conta pormenores

a considerar, as consequências são aquelas que se estão a observar, o que quer dizer que se está a pagar muito caro os erros cometidos, aliás desde o tempo em que ao general Caeiro Carrasco foi retirado o comando das F.A., em Moçambique...

Dir-me-ão, e certamente com razão, que a generalidade dos portugueses ficou em Moçambique porque quis e que seria relativamente fácil prever o que viria a acontecer (menos, talvez, umas nacionalizações ou «subtracções», tão profundas quanto se verificaram...), desde que se tivesse ouvido e lido, com toda a atenção, os discursos que Samora Machel vinha proferindo, desde que chegou a Cabo Delgado...

Evidentemente que todas as opiniões são falíveis, tanto quanto a que tenho ouvido formular, em Portugal, segundo a qual quem devia, no Ultramar, ter pegado em armas, para nos defender, éramos nós, os que lá estávamos... Esquecem-se, porém, de que antes e que saiba depois do 25 de Abril, quem tem armas são as Forças Armadas e que ninguém está autorizado a usá-las sem seu consentimento... Essa a razão por que, lá como cá, foram chapados às fileiras apenas aqueles que o Governo 4^o Lisboa entendeu...

Pegar em armas para declarar, unilateralmente, a independência de Moçambique ou de Angola era hipótese que se punha, mais no estrangeiro do que naqueles territórios, quando eram nossos... É que, apesar de tudo, a generalidade dos portugueses é muito agarrada à Mãe-Pátria e tudo fará para engrandecê-la... Proceder como Smith, na Rodésia,

era saída que não tinha muito acolhimento, pelo menos em Moçambique...

Claro que, depois do que sucedeu, nem todos pensarão assim; creio mesmo que a maioria torcerá a orelha, por ter confiado demasiadamente nos Governos de Lisboa, deixando-se levar pelo nosso «fado», pelo nosso saudosismo, em detrimento duma segurança que um futuro, que se nos afigura não muito distante, dirá se a África do Sul e Rodésia seriam capazes de ajudar a garantir...

De qualquer forma, vivem na Rodésia cerca de 50 000 portugueses e na África do Sul 150 000... O que, por várias razões, tão fáceis de descortinar, seria bom não esquecer...

O Governo de transição de Moçambique, que incluía um alto comissário, indicado por Lisboa, tomou posse no fim do mês de Setembro de 1974, ou seja poucos dias depois de ter sido assinado o acordo de Lusaca, no qual se consignavam termos e condições em função dos quais o território ascenderia à independência, mas no mesmo já não constava o essencial, numa autêntica Democracia...

Por parte da «Frelimo», foi indicado um primeiro--ministro. A escolha recaiu em Joaquim Chissano, actualmente ministro dos Negócios Estrangeiros.

Das declarações feitas aos órgãos de comunicação social, pelo referido alto comissário, as que mereceram maior relevo foram aquelas em que se salientava que ninguém seria prejudicado pelos acontecimentos de 7 de Setembro, uma vez que perfeitamente se compreendia que foram consequência

de um incontrolável clima de emoção que entretanto se gerara...

As prisões, em massa, que em Dezembro de 1974 se verificaram, vieram pôr em causa tais declarações, embora se possa admitir que os acontecimentos de 21 de Outubro e os que para Dezembro estavam anunciados, amedrontassem a «Frelimo» e o Governo de transição de Moçambique que, tomados de pânico, não apenas obliteraram a palavra comprometida como ainda tomaram medidas brutais de repressão que afectaram, geralmente, quem nada tinha a ver com o sucedido ou se previa vir a acontecer...

TRISTE NATAL, O DE 1974...

Eu mesmo fui afectado pela onda de prisões verificada em Dezembro de 1974, tendo sido detido no dia 14 desse mesmo mês e remetido a masmorras que mais tarde vieram a ser controladas pela «Frelimo», e donde saí, com custo, precisamente um ano depois!

B tudo isto porquê ? Porque praticamente durante os últimos treze anos da minha actividade intelectual outra coisa não fiz senão defender a dignidade da minha Pátria, esta e os direitos mais elementares da pessoa humana...

Posto isso, conhecendo muita coisa e sabendo que os macuas, por exemplo (que só por si são metade da população de Moçambique...), nunca estiveram, na generalidade, ao lado da «Frelimo», perguntei num dos artigos que em 8, 9 e 10 de Setembro escrevi, num dos matutinos de Lourenço Marques, onde exercia funções de redactor, se a «Frelimo» era, efectivamente, a legítima representante do povo moçambicano ?

Pois a «Frente de Libertação de Moçambique» em vez de mostrar, nas urnas, que quem estava enganado era eu, limitou-se a ordenar a minha prisão e, com desinteresse do alto comissário de Portugal, em Moçambique, condenou-me a um ano de prisão correcional, acusando-me de que, com os artigos que escrevera, tentara alterar a «Constituição (acordo de Lusaca)», o que, se não fosse tão perverso, seria quixotesco...

Não era, certamente, a Constituição portuguesa, que respeito, que estava em causa...; quanto ao acordo de Lusaca... na altura em que publiquei os artigos em referência nem sequer os jornais tinham dado conta do respectivo texto, o que quererá dizer que fui condenado pelo facto de ser português, que não renega a sua Pátria, e ter procurado ser uma pessoa que, acima de partidos e grupos, coloca a dignidade e a liberdade dos cidadãos...

03 a prova de que nada me pesava na consciência é que me mantive em Moçambique, para além dos acontecimentos de 7 de Setembro, em vez de ter partido para a África do Sul ou Rodésia, como muitos fizeram...

#

O dia 14 de Dezembro de 1974 calhou a um sábado...

Como habitualmente sucedia, fui mata-bichar à «Santa Maria», nas proximidades da saudosa praça Mac-Mahon e voltei ao trabalho...

Tão empenhado estava no meu serviço que mal dei pela presença dos agentes da Judiciária, dois dos quais eram brancos, creio que «portugueses»...

Um deles entregou-me um mandado de captura, dizendo-me ainda que pretendiam passar por minha casa, para fazerem uma busca...

O chefe foi comigo e os outros dois num carro da polícia...

Remexeram o que quiseram mas não encontraram nada de comprometedor, o que não seria de admirar na medida em que sempre fui apenas um intelectual independente e nada mais... Por isso recomendei calma à família, pois absolutamente nada me pesava na consciência... Estava totalmente convencido de que se tratava dum equívoco que seria facilmente sanado!

Da Judiciária transitei para o tristemente célebre Comando Territorial do Sul do qual a Polícia Militar (do Exército português, claro está!), recebia ordens... Era o COPCON de Moçambique...

Desta vez acompanhava-me um senhor idoso, funcionário dos Caminhos de Ferro, que também fora detido, acusado de «crime contra a descolonização» !

Fazendo parte dum «jogo» de que só bastante mais tarde me vim a aperceber completamente, a P.M. prontamente me conduziu à P.S.P., a qual - honra lhe seja feita —, por não estar certamente disposta a colaborar em tão vergonhosa farsa, fez tudo para nos não aceitar... Finalmente, não teve outro remédio senão conduzir mais dois aos calabouços superpovoados...

Foi ali, precisamente, que principiei a aperceber--me do que, realmente, se estava a passar: pelos motivos já apontados, tinha principiado uma monstruosa onda de prisões...

Os «comités» dos lugares de trabalho, de bairro, etc, começaram a denunciar à «Frelimo», por ordem desta, todos quantos de quem entendiam dever fazer queixa; e o partido ordenava à Judiciária que detivesse toda essa gente... Todavia, como certamente não queria ficar só ele ou a «Frelimo» e a Judiciária com o odioso, entregavam as pessoas à P.M. portuguesa que, por sua vez, passava a castanha quente àP.S.P.!

Como os magistrados, dispostos a colocar a Justiça acima dos interesses da «Frelimo», estavam de mala aviada, os que, por «crimes políticos» foram indo a tribunal, já sabiam a sorte que os esperava...

Por fim, só encontravam pela frente um que outro advogado, transformado em juiz apressado, e o respectivo escrivão... Sem delegado do Ministério Público... sem advogado de defesa...

#

Dos calabouços da P.S.P. transitámos para a penitenciária de Lourenço Marques, que se foi enchendo à medida que se aproximava o Natal de 1974...

Fomos metidos numa «ramona», toda metálica... Por isso o calor, lá dentro, era insuportável, naquela tarde de Verão africano...

Noutras circunstâncias, os reparos feitos, pelos companheiros, teriam passado de palavras..; como a nossa situação, ali, era deprimente e de inferioridade, limitámo-nos a tirar toda a roupa quê trazíamos sobre o tronco e deixámos que o suor corresse à vontade...

Chegados à penitenciária e ultrapassado que foi aquele portão que muito dificilmente voltaria a abrir-se, para qualquer de nós, cada um foi-se aproximando de quem deveria ser seu companheiro de cela... Duma maneira geral, optou-se pelos que tinham ficado connosco nos calabouços da P.S.P...

Já éramos bastantes, na penitenciária de Lourenço Marques, naquele dia, 17 ou 18 de Dezembro de 1974...; porém, quando faltavam quatro ou cinco dias para o Natal, foi uma autêntica caça ao homem...; e as prisões a transbordar...; e a cidade e o Mundo quedos e mudos...; e a O. N. U. e os direitos humanos nada disseram... Como nada dizem ainda...

Claro que lusitanos só têm a ver com Portugal e, como este se manteve «distante», alguns de nós tiveram dificuldade em entoar o Hino Nacional, naquela noite de 31 de Dezembro de 1974 para 1 de Janeiro de 1975...

PROMESSAS QUE SE NÃO CUMPREM...

Disseram-nos que havíamos de ser soltos no Dia De Reis... No entanto, esse dia passou e tantos se lhe seguiram tendo nós unicamente de concreto promessas, boatos e mentiras...

Pela minha parte e como não podia estar, eternamente, à espera de atinar com os desígnios da Providência, resolvi expor a situação ao mais alto magistrado da Nação Portuguesa...

Talvez por isso, em 25 de Fevereiro de 1975, fui mandado apresentar ao quarto juízo do tribunal da comarca de Lourenço Marques, acompanhado do respectivo processo...

É claro que eles sabiam perfeitamente que não seria julgado tão cedo... Talvez por essa razão me mandaram a tribunal... Para esperar mais de mês e meio por julgamento, na prisão da Machava que, mesmo no tempo do fascismo, apenas se destinava a presos de delito comum!

Só para me castigarem e fazerem saber que simples e razoáveis sugestões do governo de Lisboa eram tratadas como eles muito bem entendiam...

Não quis também o delegado opor-se à cabala montada, preferindo formular uma acusação do seguinte teor: «...No mês de Setembro de 1974, nesta cidade (de Lourenço Marques) e aquando do chamado «Movimento de Moçambique Livre», o ora arguido dirigiu-se às instalações do «DIÁRIO», pois, através da emissora local foi pedida a comparência urgente de todos os trabalhadores daquele jornal.

O Pinho Barreiros trabalhava no «DIÁRIO», como redactor.

Suspensa havia algum tempo a publicação do jornal, julgou o arguido oportuno colaborar nas edições que vieram a lume durante os dias do «Movimento» e que se afiguravam de larga tiragem para garantir de alguma forma o crédito de que dispunha contra o jornal «DIÁRIO» já que este era devedor a todos os trabalhadores, como é de conhecimento público.

Com esta finalidade e desempenhando as funções de redactor, assinou o arguido Barreiros alguns pequenos artigos publicados nas edições de 8, 9 e 10 de Setembro do «DIÁRIO», em que se explanam ideias contrárias ao Acordo de Lusaka que acabava de ser assinado e que se apresentava com dignidade constitucional para dirigir o Estado de Moçambique rumo à independência.

Cometeu assim o arguido o crime de tentativa de alteração da Constituição (Acordo de Lusaka)»I

NA CADEIA DA MACHAVA

Aquele 25 de Fevereiro de 1975 não amanheceu nem mais cedo nem mais tarde do que os outros dias, para os detidos na penitenciária de Lourenço Marques... Como era, geralmente, dos mais madrugadores, à mesma hora da manhã estava a calcorrear o sombrio corredor da ala; deitando contas à vida...; fazendo um pouco de exercício e olhando o portão verde, que se divisava ao fundo e que de quando em vez se abria, para que um bilhete, um jornal, um aceno nos fosse passado, transitando pela «rapaziada», geralmente amiga, que eram os militares portugueses, à guarda de quem nos encontrávamos..

Não obstante, ali metidos, para além das grades, é muito natural que nos sentíssemos deprimidos ou revoltados, tal como animais encurralados; bichos de jardim zoológico....

Mesmo assim, não compreendo certas lágrimas que vi chorar; algumas fraquezas, de homens mal

curtidos...; um que outro alegando ter andado metido em manifestações estudantis, severamente reprimidas, em Portugal...

É certo que aquilo ali era diferente...; lidar com nativos ou «frelimistas» brancos, feitos à pressa, seria bem pior do que tratar com pides ou «fascistas»...

De qualquer forma, o R.P. tinha quase toda a razão e o seu comportamento, nos lugares por onde posteriormente andou, acompanhado pelos capitães M. e L., pelo R., pelo P., pelo F. e pelo G. dirá ou não se a verdade estava toda com ele...

Ê muito natural que a melancolia e a raiva vivessem connosco, na cela duma prisão; que gritássemos o que sentíamos; que calássemos o que nos apetecia dizer...

Há mesmo «carcereiros» que admitem que assim seja; outros não... O Antunes da Costa, por exemplo, era contra tudo isso... Se assim não fosse, não teria chamado o ex-comando ao gabinete para lhe perguntar se queria apanhar uma carga de pancada, dada pelos «camaradas», um tiro ou ir para Nachingweia...

O¹ «rapaz» disse o que afirmara porque estava prestes a perder o emprego e a não poder casar, em consequência daquela prisão, ilegal e arbitrária...

A diferença entre o procedimento dele e o de Jorge Costa é que o ex-comando falou desarmado e sozinho e o «célebre» inspector teve de apontar a sua arma e a dos «camaradas», tendo feito o mesmo em relação ao Esquivei, quando este lhe

perguntou se realmente pensava prender-lhe a esposa, como ameaçara, por ela não ter querido fazer declarações, sem primeiro consultar o marido...

No fundo e como muitas vezes acontece, o inspector não passava dum covarde pois que, quando o Raimundo disse que o havia de matar não voltou mais ao portão, mesmo armado, apressando-se a fazer transportar, para muito longe de Lourenço Marques, não apenas o R. como alguns outros, certamente considerados «reaccionários perigosos»...

Quando a transferência deles teve lugar, eu já estava na Machava. Vieram buscar-me, inopinadamente, quando me preparava para ir ao recreio...

Foi o furriel que me chamou, dizendo-me para fazer a entrega da roupa de cama...

Como tanto sempre representou a libertação, os companheiros, ao saberem, vieram despedir-se de mim, desejando-me muitas felicidades...

A ninguém passou pela cabeça que estavam a preparar mais um golpe, como na realidade sucedia. .. Efectivamente, em vez de me porem em liberdade, foram entregar-me, com o processo, no quarto juízo do tribunal da comarca de Lourenço Marques...

Era a primeira vez que isso sucedia, na medida em que sempre se esperou, em situações idênticas, na penitenciária... No meu caso, como alguém certamente perguntara a razão por que estava, há três meses preso, sem julgamento, resolveram mandar-me a tribunal, sabendo de antemão que me iam prejudicar, visto que não sendo logo julgado, como era natural, teria de dar entrada na Machava,

uma cadeia destinada a detidos e reclusos de delito comum...

Existia, contudo, a possibilidade de ser posto em liberdade, ainda que condicional, sob fiança. Havia viabilidade e existiu essa esperança, que se desvaneceu à última hora, uma vez que o «digno magistrado do Ministério Público» (que posteriormente veio para Portugal, onde viverá tranquilamente...), por medo de complicações, não o consentiu...

E a família, que por mim esperava, tantas as garantias dadas de que, nesse dia, iria dormir a casa, quando soube do ocorrido, caiu em desespero. ..

De qualquer forma, quando o 25 de Fevereiro de 1975 estava a chegar ao fim, dava entrada na cadeia central da Machava...

Devido a tudo quanto se tinha passado; ao convívio de alguns momentos, com a família; às grandes esperanças vividas, que tive como certezas, o ingresso na Machava foi o pior choque da minha vida...

Até a cidade de Lourenço Marques, que tanto amava e tão bem conhecia, tomou forma de monstro, de pesadelo... Era afinal a transição para pesadelos maiores... Que ao fim e ao cabo um ser humano é capaz de suportar... Por isso a liberdade e a dignidade ainda não morreram — nem perecerão, não obstante o que presentemente sucede, por esse mundo fora...

Na Machava, sem eu saber, alguns reclusos facilitaram-me a vida, evitando que passasse pela

«cela de transição». Não puderam porém obstar que me sentisse profundamente deprimido pelo que ali vi...

Mãe amiga, de recluso também, ofereceu-me uma chávena de café, que foi o meu único alimento, naquela noite...

Quanto a dormir, só muito tarde resolvi entrar na cela e deitar-me naquela cama nojenta...

No dia seguinte e pela primeira vez os meus nervos cederam...

O companheiro de cela que, com jactância, gostava de ser tratado por «Burlão de Luanda», quis ser simpático para comigo e foi ensinar-me onde era o refeitório. Todavia, a minha sensibilidade opôs-se a que me sentasse num lugar daqueles, entre semelhante gente...

Quanto à qualidade da alimentação e higiene geral nem será bom falar-se...

Os mais esquisitos arranjam maneira de ingerir na cela a comida que lhes era distribuída na cozinha. Creio que esta teria sido uma das concessões do 25 de Abril...

Pela minha parte, da comida só aproveitava o pão... O resto eram salsichas e peixe de conserva que comprava na cantina, quando podia;..

Com uma alimentação destas, nada substancial, assim me aguentei alguns meses, utilizando como mesa o chão e como tecto a sombra acolhedora das laranjeiras...

O pior foi quando os homens da limpeza foram fazer queixa ao capataz, acusando-me de estar a sujar o pomar... Na verdade, como à falta de sítio

melhor, ia por lá ficando uma que outra lata vazia, não deixavam de ter razão... Só que não estava com disposição para discutir e, por esse motivo, resolvi mudar de sítio...

Foi por essa altura que o meu companheiro de cela baixou ao hospital do Infulene, tendo vindo ocupar a sua vaga um indivíduo que, a julgar pela aparência, devia ser consumidor de droga... Por isso teria sido preso e, pela mesma razão, tão depressa pôde fugir, evadiu-se para ir liquidar quem o tinha denunciado: um militante da «Frelimo», residente no Alto Maé...

#

Mais ou menos por essa altura, apareceu na cadeia central da Machava o F. e o S., companheiros da penitenciária de Lourenço Marques, o primeiro acusado de ser «reaccionário» e o segundo de ter tomado parte no «7 de Setembro».

À medida que iam surgindo outros, ia-se tornando mais difícil a existência dos detidos, acusados de «actividades subversivas», pois era intensa a propaganda da «Frelimo», a qual atingia sobretudo os nativos, os quais, supondo que isso lhes traria grandes vantagens, incluindo o regresso à liberdade, tornaram-se adeptos fanáticos da linha política do partido, procurando cumprir, mais do que à risca, as palavras de ordem «unidade, vigilância, trabalho»... Por isso tentámos diluir-nos,

o quanto possível, no meio daquela gente... Mesmo assim, o S. ainda teve problemas...

O pior, para os que se deixaram influenciar, foi quando chegou a independência e ninguém foi posto em liberdade... A partir daí, começaram a aperceber-se de que tinham sido ludibriados e por essa razão tentaram desviar-se da posição assumida... Tarde porém visto que as ameaças, os castigos e a força das armas já não deixavam ninguém recuar... O que afinal parece suceder em todos os países onde o comunismo consegue estabelecer-se...

VII

O JULGAMENTO

Entretanto, no quarto juízo do tribunal da comarca de Lourenço Marques, o meu processo foi correndo os seus trâmites, até que o respectivo julgamento foi marcado para 9 de Abril de 1975, da parte da manhã.

Toda a gente me dizia que ia ser absolvido, na medida em que era ridícula e infundada a acusação que me faziam de tentar alterar a «Constituição (acordo de Lusaca)», com artigos que escrevera, em 8, 9 e 10 de Setembro de 1974, primeiro porque o acordo de Lusaca não era nenhuma Constituição — nem portuguesa nem moçambicana—; segundo o referido acordo nem legal nem publicamente existia, uma vez. que não tinha sido ainda publicado no boletim oficial de Moçambique e nos jornais só o foi bastante tempo depois dos meus artigos terem vindo a lume... Logicamente, não havia qualquer relação entre uma coisa e outra...

Como prova, foi junta ao processo fotocópia do jornal de maior circulação, em Lourenço Marques, que incluía o referido acordo.

O dia 9 de Abril de 1975 foi a uma segunda-feira.

Em minha casa e na Machava, à minha frente, tinham dito para ir confiante pois seria posto em liberdade...

A família acreditou e ficou à espera...; pela minha parte, estava quase tão satisfeito como ela...

Pelo caminho, metidos naquele imundo transporte, o Sousa, que ia ao hospital, foi-me dizendo para ir sossegado porque já não regressaria com ele à cadeia...

No tribunal, alguns familiares, as testemunhas de defesa, o defensor oficial... por não ter dinheiro para mais...

■E vá lá que, naquela altura, ainda havia quem pretendesse defender... Existia isso mas havia também uma determinação que obrigava a recurso, no caso de absolvição, ao que parece com os réus aguardando o desfecho, na cadeia!

O advogado leu-me um documento, que constituiria capítulo de defesa, dizendo-me que, destruída que considerava a acusação, o julgamento giraria à volta da minha personalidade...

O juiz quis saber das testemunhas de defesa — que existiam — e das de acusação — que não havia...

Que saibamos, antigamente, em julgamentos destes, havia sempre duas testemunhas de acusa-

ção, pelo menos, ainda que fossem polícias... No meu caso nem coisa no género existiu...

Quiseram saber das testemunhas que espécie de pessoa era eu...

As informações foram das melhores. Mas que era introvertido, por isso estranhara a «inoportunidade» da minha actuação — declarou uma delas; que defendia a integração de Moçambique em Portugal — acrescentou outra...

À primeira respondeu o advogado, dizendo que precisamente por isso reagira asperamente ao sentir-me ferido, na minha dignidade de português...; à segunda respondi eu acrescentando que o que efectivamente defendia era uma adesão de Estados independentes, inseridos no que creio ter sido um conhecido historiador brasileiro a baptizar de Comunidade Lusíada...

O que parece ter ferido muito a sensibilidade do juiz foi o título dum dos artigos, aliás publicado em página interior: «FRELIMO: LEGITIMA REPRESENTANTE 'DO POVO MOÇAMBICANO?'»...

Tomou ele a nuvem por Juno; a interrogação por afirmativa e, como «frelimista», ficou pior do que uma fera... Pelo menos aparentemente...

Não quis saber nem das alegações da defesa nem das minhas declarações, feitas sob juramento, e considerando que colocara o partido em maus lençóis e tinha mostrado uma sagacidade capaz de me fazer saber o que se continha no acordo de Lusaca, sem o ter lido, resolveu condenar-me a um ano de prisão correcional!

Foi mais uma «punhalada», que em cheio me vibraram, a mim e à família, de tal maneira que a pessoa mais idosa que em casa tinha, não mais voltou a ver quando soube que, em vez de regressar ao lar, tinha voltado à cadeia central da Machava, agora por mais oito meses...

VIII

NO HOSPITAL DE S. JOÃO DE DEUS

Física e psiquicamente esgotado, há algum tempo já, continuei a frequentar a consulta externa do Miguel Bombarda, até que o médico resolveu fazer-me baixar ao Hospital de S. João de Deus, situado no Infulene, para o devido tratamento. Isto sucedeu em 6 de Maio de 1975.

Foi com grande prazer que ali dei entrada, na medida em que era bem mais agradável viver entre loucos do que na prisão...

É certo que também ficava para trás um que outro companheiro de quem, realmente, talvez me não devesse separar, até por uma questão de solidariedade... A verdade contudo é que me sentia mal e tinha começado a ir ao médico antes de eles chegarem... Independentemente disso, poderia mais facilmente contactar com a mulher e filho, coisas que eles não tinham, por serem solteiros...

Naquela tépida e calma tarde tropical sentia-me

mais alegre, quando me sentei no carro que me havia de conduzir ao Hospital do Infuene...

Eram cerca das 17 horas quando lá dei entrada e ainda tive de esperar um bocado, até aparecer o servente, que me conduziu ao pavilhão, salvo erro o número quatro...

Ali sozinho, sem guardas, sem ninguém a vi-giar-me, pela primeira vez senti o quanto é agradável, a liberdade, de cuja importância só nos apercebemos quando ficamos sem ela...

Antes de chegar ao pavilhão, tive de passar por alguns sítios mais, onde fui deixando o que levava comigo: alimentos, roupas, etc, enquanto o servente e enfermeiro combinavam o que haviam de fazer, nes dias mais próximos, para bem cumprirem a linha política da «Frelimo»...

Finalmente, distribuíram-me um pijama, curto e manchado, que foi o melhor que se pôde arranjar...

Distribuí algum dinheiro, pelos trabalhadores, e cigarros, pelos doentes, para ter uma vida facilitada, enquanto estivesse naquele pavilhão...

Não deviam ser ainda dezoito horas, quando me chamaram, para jantar...

Não foi sem relutância que anuí à solicitação, uma vez que o fim de tarde estava agradável e o sol ainda ia alto...

Não sei se tivemos, para jantar, o habitual arroz de qualquer coisa...; só sei que me senti bastante mal, no fim da refeição, em consequência dos comprimidos que me deram, para ingerir...

No dia seguinte, mais bem disposto e pensando melhor cheguei à conclusão de que tais comprimi-

dos seriam para dormir... Essa a razão por que, logo após o jantar, quando principiei a sentir as pernas inseguras, fui-me deitar, só acordando altas horas da manhã seguinte, após um sono, dos mais longos e mais tranquilos de toda a minha vida...

Nesse mesmo dia ou no seguinte, apareceu o médico que me mandou para o pavilhão número um, destinado a doentes em vias de restabelecimento.

No meu encontro com o Irmão, encarregado daquela secção, tive ensejo de lhe contar o que se passava comigo e as razões por que me encontrava ali.

Como pessoa de boa formação que era, como outros, não podia aprovar o que me estava a ser feito e tudo fez para me ajudar, dentro das suas possibilidades, de tal forma que, os dias aí passados, foram os mais felizes, da minha desgraça...

Entretanto, embora com dificuldade, tudo ia fazendo para me adaptar, o melhor possível, à nova situação...

O que mais me custava era ter de ir às vinte e uma horas para a enfermaria, visto que andava a dormir mal e, por essa razão, mais profundamente sentia todas as tolices dos malucos...

Numa tentativa para evitar tudo aquilo, efectivamente deprimente, mal o sol tinha nascido já eu estava a pé, procurando antecipar-me aos que, em função do seu desequilíbrio ou formação transformavam as casas de banho em autênticas cloacas...

Depois ia até à sala de jogos, esperando que fosse aberta a porta, que dava para o quintal.

Ali, enquanto os outros não apareciam, fazia um pouco de exercício e aguardava o primeiro noticiário do R.C.M., que tinha lugar às sete horas.

Dali a pouco era o mata-bicho e em seguida o recreio, podendo ir para o jardim ou mais longe os que dessem garantia de que não tentariam escapulir-se, para a cidade...

Ao fim de alguns dias, o Irmão chamou-me, dizendo-me que podia ir ao recreio. Não aceitei porque me encontrava a rever as memórias, de tudo quanto até ali me sucedera, manuscrito esse que mais tarde foi destruído, por receio de que a «Frelimo» se viesse a apoderar dele...

Ao meio-dia era o almoço e todos tinham de estar de regresso. Só se voltava a sair às quinze horas.

Depois do almoço, as pessoas reuniam-se, no quintal ou sala de jogos. Eu preferia sentar-me, à sombra duma árvore ou num banco, a ouvir um pouco de música ou o noticiário, que parecia não mais acabar, desde que Samora Machel chegara a Cabo Delgado...

Os nativos reuniam-se em grupos, consoante as suas etnias, para conversarem ou fazerem cestos...

Era a altura de se ter cuidado com os cigarros, pois os pedidos choviam de todos os lados...

Embora não dispusesse de muitos, sempre ia dando um ou outro, sobretudo ao velho açoriano que, utilizando a maneira característica de se expressar, várias vezes me contou a sua triste histó-

ria, ao fim e ao cabo igual a tantas outras de que me falaram, com mais ou menos coerência, com maior ou menor lucidez...

E eu a ouvir tudo aquilo; a viver num «mundo» tão distante do meu e pelo qual sempre passei à pressa, quando transitava pela estrada do Infulene, a caminho de Vila Luísa...

Foi preciso que entrassem na minha vida os piores efeitos da «revolução dos cravos», que teve lugar em Portugal, para ingressar numa cadeia, num hospital de loucos e em tantas outras coisas...

E a quem pedir contas, uma vez que, neste País, agora ninguém viu, ninguém sabe, ninguém fez nada de mau?

*

Cerca das dezassete horas, todos tinham de estar de volta ao hospital, vindos do passeio. Alguns chegavam mais cedo porque, naquela zona, para além do jardim, pouco mais existia com interesse...

Essa a razão por que quando o Irmão insistiu, que fosse passear, apenas fui até ao restaurante, tomar um café, tendo de imediato regressado ao referido jardim, para meditar, ver passar os machimbombos e arejar, a cabeça e os pulmões... Para contactar com a vida que se desenrolava para além da minha existência...

Entretanto, já tinha pedido ao Irmão para me deslocar a Lourenço Marques, a fim de visitar a família e tratar de vários assuntos que tinha em suspenso. Ele acedeu e disse para voltar uns dias

depois, recomendando-me porém que não desse nas vistas...

No entanto, foi de coração apertado que apanhei o autocarro, uma vez que o meu bilhete de identidade tinha ficado na P. S. P. e eu sabia que, no caminho, faziam-se inspecções...

Por sorte, consegui ir até casa e foi com espanto e alegria que a família me viu chegar...

Da «Vitória» a casa pouco tempo demorei e, pelo caminho, experimentei uma sensação esquisita: uma mescla de liberdade e de prisão...

Apesar de tudo, a minha rua estava no mesmo lugar e a casa no mesmo sítio... Os vizinhos, que restavam, procuravam fazer a mesma vida de sempre como se nada tivesse acontecido ou seria forçoso vir a suceder, o que quer dizer que a natureza, mesmo humana, também tem as suas leis, que se não cumprem, nem mais depressa nem mais devagar, consoante a vontade de alguns homens...

O «Fly» que, como sempre, se conservava à porta da cozinha, teve dificuldade em reconhecer--me... Tanto já o tempo que marcava o nosso desencontro. ..

Como a memória das pessoas, a dos bichos também é fraca, não obstante ter sido o meu grande companheiro de todas as manhãs de domingo, na mata da marginal...

#

Na altura, já Samora Machel andava por Moçambique, «ditando» história, à sua primaríssima

maneira, e tentando destruir tudo quanto tivesse qualquer relação com Portugal, cuja cultura, segundo ele, tinha a sua máxima expressão no que se dançava em «boites», à meia-luz, esquecendo-se, porém, das bebedeiras e lascívia de batuques...

Na capital de Cabo Delgado, perguntara Samora se alguém conhecia a Amélia... E a cidade herdara o nome da rainha D. Amélia...

Se bem entendi as perorações dos elementos da «Frelimo», disse encarregados, a história de Moçambique, para eles, principiou pelo Monomotapa onde, a determinada altura, apareceu um D. António Silveira que, de acordo com a mesma óptica, foi dos «primeiros agentes do imperialismo»...

E o tom e a cor que quer Samora quer os seus agentes davam aos factos e acontecimentos eram estes, de modo que, quando fui a Lourenço Marques, com autorização do Irmão, estavam já a apelar a estátua de Mouzinho, e a destruir, à marretada, o respectivo pedestal... Outro tanto já tinha sucedido à de Vasco da Gama, na Ilha de Moçambique, e a muitas mais sem que, pelos vistos, Lisboa se importasse com isso...

De qualquer forma, os pretos, da «Frelimo», aproveitaram todas as nossas fraquezas e desvarios, para fazerem de Portugal e dos portugueses gato-sapato, utilizando, permanentemente, o insulto mais soez, a injustiça mais flagrante..

IX

REGRESSO A PORTUGAL

Eram cerca das oito horas, do dia 19 de Junho de 1975, quando o Irmão, do Hospital do Infulene, onde na altura me encontrava, em tratamento, me chamou para dizer que tinha notícias, certamente boas para mim... Que me ia dar alta, pois ia ser posto em liberdade... Que agarrasse nas minhas coisas e fosse para a portaria esperar porque haviam de ir buscar-me...

Como estava a tratar da minha liberdade condicional, por já ter cumprido metade da pena, de um ano de cadeia, a que fora condenado, sob alegação de ter tentado alterar, com artigos que escrevera, num jornal de Lourenço Marques; o acordo de Lusaca (que trata da independência de Moçambique), nem sequer perguntei ao Irmão quem telefonara; pensei logo que tudo se relacionava com isso...

Oito e meia... nove... dez horas... e sem ninguém aparecer! Aí, comecei a magicar...

Por portas travessas disseram-me: Ah! é você?... Pois telefonaram da cadeia central... É para ir para Lisboa!»

Fiquei deveras perturbado... Assim mesmo, tão depressa, para Lisboa, possivelmente sob prisão!

E a família?...

É certo que fora o regresso, o que eu desejara...; porém com tempo e método... Mas já lá iam alguns três meses, desde que tentara tal coisa!

Fui almoçar. Continuei à espera, da parte da tarde e durante um bom bocado da noite...

Resolvi por fim deitar-me e, quando eram umas vinte e duas horas, o guarda-nocturno veio dizer-me que estavam à minha espera!

Fiquei evidentemente irritado, aborrecido e intranquilo, na medida em que, no Moçambique de agora, muita coisa pode acontecer, às pessoas mais decentes! Mas não, dessa vez enganara-me: o guarda e a pessoa que o acompanhava eram boa gente... Certamente tinham aproveitado o serviço, para darem um passeio...

Viera um telegrama do Ministério da Coordenação Interterritorial, solicitando a minha presença, em Lisboa, antes de 25 de Junho de 1975 (dia da independência de Moçambique...) — disseram--me depois.

Tudo estava a ser tratado com grande urgência e que por isso devia embarcar na segunda ou terça--feira... — acrescentaram eles.

Como estávamos numa quinta-feira, o que na altura me faltava era tempo... ao menos para me

despedir da família, já que ninguém se lembrara de que seria humano e justo que ela fosse na mesma altura...

Todavia, passaram as segunda e terça-feira...; mais uma semana se seguiu e outra se aproxima, no momento em que tomo nota destes pontos das minhas recordações e continuo à espera de embarque !

Dizem-me que ninguém sabe dos papéis! Cheira-me a gato com rabo de fora...

De momento, estou a tentar obter passagem, por outras vias...

Também já estou farto de ser perseguido e ofendido, apenas pelo facto de sempre ter repudiado totalitarismos e de ter defendido a dignidade e nobreza da minha Pátria; isto e os direitos mais elementares da pessoa humana.

Não obstante, fui condenado a um longo e doloroso cativo, com conivência de «portugueses», que também não defenderam, em 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974, as vidas e haveres de nossos irmãos, quando jovens e velhos foram mortos, raparigas violadas, senhoras violentadas, crianças assadas vivas!

É a tal desgraça que se previa ir atingir muitos milhares de famílias portuguesas, se o Ultramar fosse abandonado!

E o nosso Governo nem sequer retirou, antes de 25 de Junho de 1975, todos os cidadãos, quantos desejassem regressar à Pátria! Daí a razão dos dramas que se verificaram depois, incluindo o de Manuel Mota dos Anjos, condenado a oito anos de

prisão pelo facto de ter defendido, no Bairro do Jardim, mulheres e crianças condenadas a uma morte horrorosa!

Dos pretos que fizeram isso e que saiba nenhum foi condenado... Mas os brancos que esboçaram ou não defesa foram mortos, perseguidos e presos!

E há quem diga, em Portugal, que foi muito bem feito!

X

LEI DA SELVA...

Não há dúvida de que o telegrama do Ministério da Coordenação Interterritorial que, a princípio, me causou sérias preocupações, acabou por revelar-se um documento providencial! Efectivamente, se tivesse chegado, sequer com um dia de atraso, duvido muito que alguém, neste momento, soubesse do meu paradeiro! Da mesma forma como se desconhece, na altura em que escrevo, o de centenas de detidos e condenados, brancos portugueses, mestiços e africanos!

Na realidade, no dia seguinte ao meu regresso a esta cadeia da Machava, numa sexta-feira, portanto, por ser altura do «comité» e eu não ter nada que fazer naquela tarde, resolvi deslocar-me ao local da reunião.

Tinham-me dito contudo que, quem costumava falar, era pessoal da cadeia. Estranhei, por conseguinte, a presença, no estrado, de elementos da

«FRELIMO», bem como o aparato bélico, nas redondezas...

O mais novo dos elementos, que se encontrava fardado, depois de algumas canções «revolucionárias», dirigindo-se aos presentes, principiou por dizer: «Camaradas! nós vamos fazer uma chamada e, quem for citado, deve encaminhar-se para o local indicado; os outros devem manter-se nos mesmos sítios e não fiquem tristes porque hoje mesmo ou amanhã voltaremos... A «Frelimo» a todos quer ajudar!»

Entretanto, continuou ele: «Há alguém que esteja doente»?...

— Estou eu — respondeu um homem.

— O que é que você tem?

— Estou tuberculoso!

— Não faz mal; há-de melhorar... — acrescentou o «frelimo»...

Vieram posteriormente dizer-me que o meu nome constava da primeira lista e só não fui com os outros porque alguém fizera saber que ia para Portugal...

Pois eu que sou estrangeiro, em Moçambique; que cometi um «crime», em território então português, seguiria, para lugar desconhecido, sob pressão de baionetas estrangeiras!

Como se não bastasse um «político» estar numa cadeia de presos de delito comum, pretos na sua esmagadora maioria... Necessariamente com usos e costumes diferentes...

Toda aquela gente partiu, enquadrada por militares da «Frelimo», armados até aos dentes... Mes-

mo o Ferreira, português também, que fora acusado de ser «reaccionário» e que, há trinta e cinco dias já, aguardava a continuação do julgamento!

Alguns foram depois aparecendo, vindos de Mabalane, para irem ao médico...

Por eles soube os horrores que lá passaram ou viram sofrer...

Sobretudo o ódio ao branco até ali é evidente...

Entretanto, muita água correu sob as pontes... Quarenta e cinco vezes o sol despontou e desapareceu, para além do muro da cadeia... Mês e meio depois de ter vindo o telegrama do Ministério da Coordenação Interterritorial, continuo à espera de seguir para o meu País! Não sei se a causa residirá na maldade se na incapacidade das pessoas e organizações se em ambas as coisas...

Se não encontrar justiça, nem em Moçambique nem em Portugal, nem no estrangeiro, resta-me deixar cair os braços e, exausto, esperar que, ao menos a Providência, me estenda a mão...

A não ser que recalque sentimentos e vá «mendigar», junto de Samora Machel...

Nesta sexta-feira, dia 1 de Agosto de 1975, não é isso que penso efectivamente fazer...

**25 DE JUNHO DE 1975: DIA DA
INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE**

Samora Machel e seus agentes vieram vindo, Moçambique abaixo, até chegarem a Inhambane, a «terra da boa gente»...

A maior parte do percurso fizeram-no por via aérea. A razão é evidente: A «Frelimo», mesmo nessa altura, não dominava, efectivamente, qualquer parcela do território, muito menos a sul do rio Save, onde os distritos de Gaza, Inhambane e Lourenço Marques se situavam... Daí a razão de tantas precauções. ...

Na cidade de Inhambane, precisamente, reuniram-se os «comités» central e executivo, bem como todos os ministros do Governo de transição, nomeados pela «Frelimo», os quais faziam geralmente parte de qualquer dos referidos órgãos do partido.

Do que transpareceu da reunião, conclui-se que a mesma foi tempestuosa, em consequência das vi-

gorosas críticas feitas ao Governo presidido por Joaquim Chissano, o qual granjeou a simpatia de muitos pretos e brancos, o que não sucede em relação a Samora Machel que, com a sua dialéctica furiosa, as aldeias comunais, o trabalho forçado, a proibição da poligamia, a abstinência brutalmente imposta, não concitou senão a má vontade ou o ódio dos nativos, que sempre gostaram de ir para onde desejassem e quando entendessem; de trabalhar quando e como lhes agradasse; de casarem com quantas mulheres quisessem; de festejar as suas alegrias ou afogar as suas mágoas consoante lhes desse na real gana...

Eram os tais usos e costumes que Portugal respeitava, por constituírem lei...

Porque a sublevação de minorias que, em Moçambique, pegaram em armas, opondo-se ao convívio com portugueses, foi bem aproveitada pela «Frelimo», é possível que Samora Machel consiga impor a sua vontade, pela força das armas... Uma coisa porém é certa: A estabilidade do partido conseguir-se-á, sempre, à custa da infelicidade de grandes massas populacionais!

Eis a herança, também para Moçambique, do «Abril em Portugal»...

#

De qualquer forma, 25 de Junho de 1975, dia da independência de Moçambique, para todos se aproximava, a largos passos...

O estádio, que fora Salazar, bem como os respectivos acessos, estavam, para o efeito, a ser preparados...

Na cadeia da Machava, onde me encontrava, as reacções eram diversas: Uns tantos pretos diziam que os brancos que ali estavam haviam de ser todos mortos...; a maioria optava porque, com ordem ou não da «Frelimo», todos deviam obter a liberdade ainda que, para consegui-la, se tivesse de destruir o portão de saída...

Foi um erro ter-se falado tanto em semelhante assunto, na medida em que deu ensejo a que a «Frelimo» tomasse as suas providências, de maneira que, uns dias antes de 25 de Junho, grande parte de detidos e reclusos foram transferidos, da Machava para Mabalane, donde no dia da independência uma parte se evadiu, com alguns de lá, para irem saquear e fazer uma série de tropelias em Vila Pinto Teixeira, onde se viveram momentos verdadeiramente dramáticos...

Pelas razões já apontadas, na noite de 24 para 25 de Junho de 1975, eu ainda estava na cadeia da Machava, lugar onde, nem mesmo a proximidade da independência alterara a rotina...

Por sorte ou por azar, as pilhas do meu pequeno rádio estavam de tal maneira que, instantes depois das cerimónias terem principiado, nada conseguia ouvir... Essa a razão por que caí num sono que foi interrompido por disparos de regozijo dos «frelimos», no momento em que, no estádio, descia a Bandeira Portuguesa e era hasteada a de Moçambique...

Fui-me deixando estar na cela, que se encontra-

va às escuras, apreciando os projecteis, que riscavam o céu... Todavia, muitos se foram juntando, no nosso pavilhão: eram sobretudo brancos, certamente pensando, pelo menos a princípio, que iam ser mortos...

A mim, com a família lá fora, passando grandes dificuldades, sobretudo materiais; profundamente abatido como me encontrava, em consequência disso, doutras coisas mais e das incertezas com que o meu futuro se encontrava carregado, já pouca coisa na vida me interessava... Essa, certamente, a razão por que, calmamente, vesti uns calções, enfiei uns sapatos e fui até às grades...

Ouvimos mais uns disparos e chegámos à conclusão de que não queriam dizer nada de grave...

Aos poucos, cada um foi regressando à sua cela, possivelmente enquanto se ia lendo a seguinte constituição, da República Popular de Moçambique, na qual a democracia pluralista foi posta totalmente de parte: «...A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem.

Na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO, e é exercido pelos órgãos do poder popular.

A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade. A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado

e dirige e supervisa a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, dirigidas pela FRELIMO sendo um dos elementos essenciais do poder do Estado, têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares.

A acção e desenvolvimento das Forças Populares de Libertação de Moçambique funda-se na direcção política da FRELIMO e na ligação estreita com o povo.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique têm como seu comandante-chefe o presidente da FRELIMO.

O comandante-chefe das Forças Populares de Libertação de Moçambique nomeia e demite os responsáveis militares no escalão superior.

A terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique são propriedade do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso.

O Estado encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas colectivas de produção, cujo desenvolvimento apoia e orienta.

A República Popular de Moçambique é um Estado laico, nela existindo uma separação absoluta entre o Estado e as instituições religiosas.

Na República Popular de Moçambique as actividades das instituições religiosas devem conformar-se com as leis do Estado.

A participação activa na defesa do país e da revolução é o direito e o dever mais alto de cada cidadão e cidadã da República Popular de Moçambique.

O Estado pune severamente todos os actos de traição, subversão, sabotagem e, em geral, os actos praticados contra os objectivos da FRELIMO e contra a ordem popular revolucionária.

A Assembleia Popular é o órgão supremo do Estado na República Popular de Moçambique.

A Assembleia Popular é o mais alto órgão legislativo da República Popular de Moçambique.

A iniciativa das leis pertence ao comité central da Frelimo, ao comité executivo da Frelimo, ao Presidente da República, à comissão permanente da Assembleia Popular, aos órgãos da Assembleia Popular e ao Conselho de Ministros.

A comissão permanente da Assembleia Popular é presidida pelo Presidente da República.

O Presidente da República Popular de Moçambique é o presidente da FRELIMO.

O Presidente da República Popular de Moçambique é o Chefe do Estado. Simboliza a unidade nacional e representa a Nação no plano interno e internacional.

Ao Presidente da República Popular de Moçambique compete fazer respeitar a Constituição e assegurar o funcionamento correcto dos órgãos estatais; criar ministérios e definir as suas competências;

dirigir as actividades do Conselho de Ministros e presidir às suas sessões; nomear e demitir os membros do Conselho de Ministros; nomear e demitir o presidente e vice-presidente do Tribunal Popular Supremo e o procurador-geral da República; nomear e demitir os governadores provinciais; nomear e demitir o comandante-geral e o vice-comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Moçambique; promulgar e fazer publicar as leis e os decretos-leis; declarar o estado de guerra e celebrar tratados de paz sob decisão do comité central da Frelimo; proclamar a mobilização geral ou parcial; indultar e comutar penas; declarar o estado de sítio ou de emergência.

O Presidente da República pode anular as deliberações das assembleias provinciais, bem como as decisões dos respectivos governadores.

Na República Popular de Moçambique a função judicial será exercida pelos tribunais, através do Tribunal Popular Supremo e dos demais tribunais determinados na lei sobre organização judiciária. A sua composição e competência serão fixadas por lei.

O Tribunal Popular Supremo promoverá a aplicação uniforme da lei por todos os tribunais ao serviço dos interesses do povo de Moçambique e assegurará o cumprimento da Constituição, das leis e de todas as normas legais da República Popular de Moçambique.

O presidente do Tribunal Popular Supremo é nomeado pelo Presidente da República...»

#

Após 500 anos de convívio, algo melhor se podia e devia ter oferecido àquele povo... Por mim, teria vergonha de aparecer à frente do dr. Júlio Razão, embora ele saiba que estava contra tal processo... É que, apesar de tudo, sou português...

De qualquer forma, nada nem ninguém evitou que tivesse permanecido na cadeia desde 14 de Dezembro de 1974 a 14 de Dezembro de 1975...

Em 24 de Janeiro de 1976 pude, finalmente, deixar Moçambique, a caminho de Portugal, o meu País de origem, graças à boa vontade e ao esforço do Encarregado de Negócios e do consulado de Portugal, em Lourenço Marques, aos quais sou devedor dos maiores agradecimentos.

A partir daqui, remeto o leitor ao primeiro capítulo deste livro...